



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Mário Werneck, 2.590 – Bairro Buritis – Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 30.575-180

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS - EDITAL 045/2019
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL E - SUPERIOR

PROVA OBJETIVA
CARGO: TECNÓLOGO – ÁREA GESTÃO PÚBLICA
IFMG CAMPUS SABARÁ
DATA: 14 DE JULHO DE 2019

ORIENTAÇÕES:

1. Não abra o caderno de questões até que a autorização seja dada pelos Aplicadores;
2. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Aplicadores de prova;
3. Nesta prova, as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais **somente uma** é correta;
4. As respostas deverão ser repassadas ao cartão de resposta utilizando caneta na cor azul ou preta dentro do prazo estabelecido para realização da prova, previsto em Edital;
5. Observe a forma correta de preenchimento do cartão-resposta, pois apenas ele será levado em consideração na correção;
6. Não haverá substituição do cartão de resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato;
7. A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão levará à anulação da mesma;
8. Não são permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos;
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Aplicador de Prova. Aguarde a autorização para devolver o cartão resposta, devidamente assinado em local indicado. Não há necessidade de devolver o caderno de prova;
10. O candidato não poderá sair da sala de aplicação antes que tenha se passado 1h00min do início da aplicação das provas. Só será permitido que o candidato leve o caderno de prova objetiva após 4h00min de seu início;
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até o fechamento da ata e assinatura dos mesmos para fechamento da sala de aplicação.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões 1, 2 e 3.

Incompetência masculina

Hélio Schwartsman

Pôr mais mulheres em cargos de chefia é provavelmente uma excelente ideia, mas não pelas razões normalmente apontadas. O psicólogo Tomas Chamorro-Premuzic (University College London e Columbia) lança valiosas luzes sobre essa questão em “Why Do So Many Incompetent Men Become Leaders?” (por que tantos homens incompetentes se tornam líderes?).

O argumento do livro é simples. Há poucas mulheres em posição de poder porque os critérios que usamos para escolher líderes estão errados. Se os corrigirmos, a proporção de mulheres crescerá rapidamente, e as empresas se tornarão melhores.

A maioria das pessoas não gosta muito de seus chefes diretos. E, segundo o autor, boa parte delas tem razão. Os critérios pelos quais as empresas selecionam suas lideranças são os piores possíveis, levando à promoção indiscriminada de homens com fortes traços de narcisismo e psicopatia, que tornam o ambiente de trabalho tóxico.

O sistema não percebe essa falha porque candidatos narcisistas e psicopatas (categorias em que há notável predomínio masculino) tendem a ser carismáticos e charmosos e saem-se especialmente bem em entrevistas, que são uma das principais ferramentas de recrutamento dos RHs.

Se só criarmos cotas femininas, sem alterar os critérios, nos limitaremos a promover mulheres com os mesmos problemas das chefias masculinas de hoje.

Para o autor, tudo o que organizações precisam fazer é ficar longe do tipo de personalidade que vem sendo favorecido até aqui e buscar líderes entre pessoas com alto grau de inteligência emocional. São as mulheres que se destacam nesse quesito, que comprovadamente promove a cooperação e a produtividade no local de trabalho.

Chamorro-Premuzic procura fundamentar todas as suas afirmações em trabalhos científicos. Embora o foco do livro sejam as empresas, boa parte das reflexões pode ser estendida para o mundo da política.

(Folha de S. Paulo – 16 jun. 2019.)

QUESTÃO 01. Com base na leitura do texto, julgue as seguintes afirmações:

- I. Sugere-se que as empresas redefinam o perfil de seus líderes, sem que se levem em conta, como critério de escolha, as diferenças de gênero.
- II. No primeiro parágrafo, são apresentados argumentos em favor da ideia da incompetência masculina.
- III. Apresenta-se a concepção de que narcisismo e psicopatia são características inerentes aos homens.
- IV. A incompetência a que o título do texto se refere não diz respeito à capacidade técnica dos líderes.
- V. As empresas têm um ambiente de trabalho tóxico porque favorecem o aumento de desigualdades, em nome do lucro financeiro.

São corretas as afirmações

- A) I e IV, apenas.
- B) II e V, apenas.
- C) III e V, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 02. Assinale a opção em que a palavra destacada é um recurso linguístico que confere credibilidade a uma ideia apresentada.

- A) “Pôr mais mulheres em cargos de chefia é **provavelmente** uma excelente ideia (...)”
- B) “Se os corrigirmos, a proporção de mulheres crescerá **rapidamente** (...)”
- C) “São as mulheres que se destacam nesse quesito, que **comprovadamente** promove a cooperação e a produtividade no local de trabalho.”
- D) “(...) porque candidatos narcisistas e psicopatas tendem a ser carismáticos e charmosos e saem-se **especialmente** bem em entrevistas (...)”
- E) “(...) mas não pelas razões **normalmente** apontadas (...)”

QUESTÃO 03. Assinale a opção em que a palavra destacada está corretamente classificada entre parênteses.

- A) “**Se** os corrigirmos, a proporção de mulheres crescerá rapidamente (...)” - (CONJUNÇÃO COORDENATIVA)
- B) “São as mulheres que **se** destacam nesse quesito.” - (CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA)
- C) “por que tantos homens incompetentes **se** tornam líderes?” - (PRONOME DEMONSTRATIVO)
- D) “tendem a ser carismáticos e charmosos e saem-**se** especialmente bem em entrevistas” - (PRONOME RELATIVO)
- E) “**Se** só criarmos cotas femininas, sem alterar os critérios, nos limitaremos a promover mulheres (...)” - (CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA)

Leia o texto a seguir para responder às questões 4, 5 e 6.

O RACISMO DA ACADEMIA APAGOU A HISTÓRIA DE DANDARA E LUISA MAHIN

A escravidão interrompeu a história da África e de seus descendentes, roubando séculos de produção intelectual em troca de trabalho forçado. O Brasil só aboliu a escravidão há menos de 131 anos e é natural ver alguns nomes de heróis afro-brasileiros sendo reconhecidos cada vez mais no Panteão da Pátria, um memorial cívico inaugurado em 1986 para homenagear personalidades brasileiras.

No “Livro dos heróis e heroínas da pátria”, já constam nomes como Luís Gama, Anita Garibaldi, Zumbi dos Palmares e Heitor Villa-Lobos. Recentemente, o Senado aprovou a inclusão de duas lideranças negras: Dandara, líder quilombola que articulava as estratégias de Palmares ao lado do marido, Zumbi, e Luisa Mahin, considerada uma das maiores lideranças negras contra a escravidão na Bahia do século 19, mãe do abolicionista Luís Gama. Ambas são símbolos da luta feminina contra a escravidão.

Assim como a maior parte dos personagens negros, o nome dessas duas guerreiras é envolto em polêmica. Historiadores desconectados da realidade negra questionam as fontes que comprovam a existência dessas mulheres porque só há relatos esparsos das suas vidas. Ambas acabaram alvos do desinteresse de historiadores da época, e ainda hoje existe uma dificuldade imensa em recuperar suas biografias por não haver um esforço em catalogar e analisar a tradição oral como fonte historiográfica. A maior parte da vida de Dandara, por exemplo, sobreviveu na forma de lendas, segundo a Fundação Palmares. Não há registros do local onde nasceu, tampouco da sua ascendência africana, tampouco sobram evidências físicas sobre a Dandara após o ataque a Palmares.

A mãe de Luís Gama é tratada da mesma maneira pela história. Não existem registros oficiais de suas participações nos levantes baianos. O primeiro documento que descreve Luisa é uma carta de seu filho Luís Gama. Segundo a historiadora Ligia Fonseca Ferreira, “a riqueza de detalhes e o testemunho pessoal atribuem veracidade à narração de Gama, ampliando as possibilidades de aceitação da personagem”. Luisa pertencia à nação nagô-jeje, originária do Golfo do Benin. Era do povo Mahin, daí seu sobrenome. Ela sempre negou o batismo e manteve suas tradições africanas acima das doutrinas cristãs. Sua casa teria sido o quartel general da Revolta dos Malês em 1835.

A falta desses registros em papel, que nunca seriam obtidos de modo fácil ou que sequer existam, gera um questionamento que, a meu ver, é a face de um preconceito secular na historiografia, tema abordado por Joseph Ki-Zerbo, um dos mais respeitados historiadores africanos. Segundo Ki-Zerbo, os estereótipos raciais criadores de desprezo estão tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia.

A inscrição dessas duas mulheres no Panteão da Pátria não é apenas um reconhecimento das figuras históricas, mas significa uma pequena ruptura na historiografia com viés colonial, um passo em direção à valorização da tradição negra brasileira como uma entidade histórica. Isso contribui para a construção e o fortalecimento da consciência étnica do povo afro-brasileiro. Sem isso, negros e indígenas seguirão à mercê da visão de quem os manteve cativos, exatamente como diz um famoso ditado africano: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça seguirão glorificando o caçador.”

SANTOS, Ale. 4 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/03/dandara-luisa-mahin-historia/>. Acesso em: 20 jun. 2019. Adaptado.

QUESTÃO 04. O racismo atribuído à academia justifica-se, no texto, pelo fato de

- A) a inscrição de Dandara e Luisa Mahin no Panteão da Pátria ser alvo de questionamento por parte de historiadores.
- B) o Brasil só ter abolido a escravidão há menos de 131 anos e guardar apenas registros orais de muitos personagens negros.
- C) a historiografia não se fiar na existência de Dandara e de Luisa Mahin devido à falta de registros escritos oficiais de suas origens e de seus feitos.
- D) a inclusão de duas mulheres no Panteão da Pátria representar uma ruptura na historiografia com viés colonial.
- E) Luís Gama, Anita Garibaldi, Zumbi dos Palmares e Heitor Villa-Lobos terem sido inscritos no Panteão da Pátria antes de Dandara e de Luisa Mahin.

QUESTÃO 05. Releia: “A inscrição dessas duas mulheres no Panteão da Pátria não é apenas um reconhecimento das figuras históricas, mas significa uma pequena ruptura na historiografia com viés colonial [...]”. As duas orações que compõem esse fragmento apresentam uma relação semântica de

- A) adição.
- B) concessão.
- C) conformidade.
- D) explicação.
- E) oposição.

QUESTÃO 06. Considere o fragmento a seguir: Recentemente, o Senado aprovou a inclusão de duas lideranças negras: **Dandara, líder quilombola que articulava as estratégias de Palmares ao lado do marido, Zumbi, e Luisa Mahin, considerada uma das maiores lideranças negras contra a escravidão na Bahia do século 19, mãe do abolicionista Luís Gama.**

Assinale a opção cujo trecho destacado tem a mesma função sintática do trecho em destaque no fragmento lido.

- A) “[...] um questionamento que, a meu ver, é a face de um preconceito secular na historiografia, **tema abordado por Joseph Ki-Zerbo** [...].”
- B) “A escravidão interrompeu **a história da África e de seus descendentes**, roubando séculos de produção intelectual [...].”
- C) “Historiadores **desconectados da realidade negra** questionam as fontes que comprovam a existência dessas mulheres.”
- D) “Luisa pertencia à nação nagô-jeje, **originária do Golfo do Benin.**”
- E) “Isso contribui para a construção e fortalecimento **da consciência étnica do povo afro-brasileiro.**”

Leia o texto a seguir para responder às questões 7 e 8.

PAI CONTRA MÃE

A ESCRAVIDÃO levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói.

(ASSIS, Machado de. "Pae contra mãe". In: Relíquias de Casa Velha. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor, 1906, texto adaptado. Fragmento.)

QUESTÃO 07. O Texto 1, fragmento de um conto de Machado de Assis (1839-908), contextualiza alguns dos castigos sofridos pelos escravos brasileiros. Com relação às mudanças sociais que ocorreram com o fim da escravidão, sobretudo em relação aos aparelhos e ofícios utilizados para castigar os escravos, considere as afirmativas a seguir:

- I- Com a máscara de folha-de-flandres era possível retomar a sobriedade e a honestidade porque o furto era resultado, por vezes, do alcoolismo.
- II- O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões e facilitava a captura do escravo, não só pelo peso natural, mas também pelo sinal de reincidência.
- III- Mesmo com o fim da escravidão, alguns aparelhos e ofícios, como a máscara de folha-de-flandres, permaneceram para que a ordem social e humana fosse alcançada.
- IV- A máscara de folha-de-flandres, assim como o ferro ao pescoço ou ao pé, além de grotescos, eram aparelhos cruéis.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08. Observe a frase a seguir: "A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais". Assinale a opção em que a frase anterior foi reescrita COM prejuízo do seu sentido original:

- A) A escravidão levou consigo aparelhos e ofícios, diferentemente do que houve com outras instituições sociais.
- B) A escravidão levou consigo aparelhos e também ofícios, assim como aconteceu com outras instituições sociais.
- C) Como terá ocorrido com outras instituições sociais, a escravidão levaria consigo aparelhos e ofícios.
- D) O fim da escravidão fez sumir aparelhos e ofícios, como ocorreria com outras instituições sociais.
- E) A escravidão levou ao cabo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 9. No tocante à forma de ingresso no cargo e desenvolvimento na carreira prevista pela Lei nº 11.091/2005, analise as alternativas a seguir:

I - O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

II - O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo se o servidor possuir formação superior ao exigido no edital, o que possibilitará o ingresso no padrão de acordo com a escolaridade e experiência estabelecidas na lei acima referenciada.

III - O concurso para provimento da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado exclusivamente em uma única fase.

IV - A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

V - Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 60 (sessenta) meses.

Estão incorretas as afirmativas:

- a) I, IV e V, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, III e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) II e V, apenas.

QUESTÃO 10 Analise cada um dos itens sobre os princípios basilares que regem a administração pública e marque a alternativa incorreta.

a) O princípio da moralidade se refere à atuação dos agentes públicos, que devem agir não apenas com vista à lei, mas sobretudo preservando a moral, os bons costumes e a justiça.

b) O princípio da legalidade é incompatível com o fenômeno da deslegalização, pela qual o Poder Legislativo permite que a Administração Pública crie normas de caráter eminentemente técnicas para regulamentação de lei.

c) Viola o princípio da impessoalidade a determinação de construção de rodovia em frente a terrenos do prefeito municipal com a finalidade de obter valorização daqueles imóveis.

d) Não viola o princípio da publicidade a restrição de acesso a dados que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

e) O princípio da eficiência tem duas acepções: por um lado ele se refere à atuação do agente público, que deve atuar com presteza e ter rendimento funcional; por outro lado, ele se refere ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, também visando melhorar o desempenho e os resultados na prestação de serviço público.

QUESTÃO 11. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as autarquias e fundações é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Sobre o tema, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa incorreta:

- a) Os servidores abrangidos pelo regime de previdência acima apresentado serão aposentados por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- b) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para concessão da pensão.
- c) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência descrito no enunciado da questão.
- d) Em situações excepcionais é possível que a lei disponha sobre contagem ficta de tempo de contribuição, notadamente para os casos de aposentadoria por invalidez permanente.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão, fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidos pelo regime descrito no enunciado da questão, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social.

QUESTÃO 12. A respeito dos prazos fixados na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa incorreta.

- a) É de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- b) A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
- c) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- d) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de quinze dias, o encaminhará à autoridade superior.
- e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

QUESTÃO 13. Analise as afirmativas a seguir.

- I - Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- II - Ao servidor é proibido apor fé a documentos públicos.
- III - Ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
- IV - Ao servidor é proibido manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil inclusive.
- V - Ao servidor é proibido participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

No tocante as proibições previstas na Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma em:

- a) I, IV e V, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, III e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) II e V, apenas

QUESTÃO 14. São requisitos básicos para investidura em cargo público de acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais – Lei nº 8.112/1990, exceto:

- a) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- b) A nacionalidade brasileira.
- c) Estar em regularidade com as anuidades do conselho regulador da profissão ao qual se está vinculado.
- d) O gozo dos direitos políticos.
- e) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

QUESTÃO 15. Sobre as regras deontológicas previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.1171/1994, considere as seguintes assertivas:

I – A moralidade na Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

II – Apesar de ainda passíveis de reprovação social, os fatos e os atos verificados na condução da vida privada do servidor não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional, uma vez que a função pública é um exercício profissional e não se integra na vida particular de cada servidor público.

III – Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço não caracteriza atitude contra a ética, mas sim grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

IV – Toda pessoa tem o direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilaram até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

V – Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

Marque a alternativa que melhor responda a questão:

- a) V, F, F, V, V.
- b) F, F, F, V, V.
- c) V, V, F, F, V.
- d) F, V, V, F, F.
- e) V, F, V, V, F.

QUESTÃO 16. As Pró-Reitorias do IFMG são dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades institucionais. Sobre cada uma das Pró-Reitorias, marque a alternativa correta.

a) À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas compete planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas de gestão de pessoas com o objetivo de atingir as metas e o cumprimento da missão institucional, por meio de servidores capacitados e motivados, bem como normatizar e organizar processos de gestão de pessoas e desenvolver ações voltadas à qualidade de vida visando à valorização e o aumento da competência de seus servidores necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão. Compete, ainda, elaborar e supervisionar as atividades de planejamento, orçamento e controle, bem como gerir as atividades de administração financeira e contabilidade; elaborar o planejamento estratégico do IFMG em consonância com a Reitoria e os campi que o compõem; elaborar e consolidar a proposta

orçamentária anual; executar a programação orçamentária, bem como realizar o acompanhamento, controle e avaliação de sua execução.

b) À Pró-Reitoria de Administração e Planejamento compete apoiar as ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal, por meio do gerenciamento das atividades vinculadas a gestão e ao desenvolvimento da administração e controle integrado das atividades relacionadas aos processos de contratação de pessoal, conforme regras para ingresso em entidades autárquicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais instrumentos normativos.

c) À Pró-Reitoria de Ensino compete possibilitar a socialização, a difusão e a democratização dos conhecimentos acadêmicos e tecnológicos, oportunizando uma realização dialógica com a comunidade, constituindo-se em um espaço de articulação entre a realidade sócioeconômica e cultural em seu entorno, favorecendo o desenvolvimento local e regional, possibilitando a interação necessária com a vida acadêmica a partir da troca de saberes.

d) À Pró-Reitoria de Extensão compete planejar, coordenar, fomentar, aplicar, assistir e acompanhar as atividades e as políticas de ensino e relações com a sociedade, articuladas à pesquisa e extensão, junto aos diversos segmentos sociais.

e) À Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação compete propor as diretrizes políticas nas áreas de pesquisa, inovação e pós-graduação, fiscalizando o cumprimento dessas diretrizes e das demais normas legais, estatutárias e regimentais.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 17. A *Internet* transformou a forma como as pessoas acessam informações e se comunicam, reduzindo distâncias e ampliando a interação virtual entre pessoas e empresas. É possível afirmar que praticamente todas as áreas de conhecimento sofreram impactos da utilização maciça de ferramentas baseadas na *Internet*, sendo alguns positivos e outros extremamente negativos. Neste contexto, o fragmento adaptado de texto a seguir relata resumidamente uma ocorrência envolvendo ataque de *hackers* no Brasil.

Um ataque de hackers afetou o sistema do Hospital do Câncer de Barretos/SP e prejudicou a realização de ao menos 350 exames. Os hackers pediam o pagamento de resgate de US\$300 por computador a serem pagos com a moeda digital Bitcoin. Com a invasão os funcionários passaram a trabalhar em formulários manuais, o que deixou o serviço mais lento.

Hackers invadem sistema do Hospital do Câncer de Barretos e pedem resgate

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1896638-hackers-invadem-sistema-do-hospital-de-cancer-de-barretos-e-pedem-resgate.shtml>> Acesso em: 06 jun. 2019.

Considerando as questões de segurança relacionadas com a *Internet* e com o uso de recursos tecnológicos, é correto afirmar que:

- a. A atualização constante do sistema operacional e dos aplicativos instalados auxilia fortemente na segurança.
- b. A configuração de certificados digitais consegue resolver 90% dos problemas de segurança da informação.
- c. A instalação de *softwares* de *firewall* auxilia diretamente na proteção de ambientes físicos das organizações.
- d. O uso de senhas longas deve ser desencorajado para não ocasionar esquecimento nos usuários mais idosos.
- e. Os vírus de arquivo atuam para fazer com que todos os dispositivos de saída não funcionem corretamente.

QUESTÃO 18. O *Google* fornece uma série de ferramentas gratuitas em seu ambiente na *Internet* tanto para uso pessoal quanto para uso profissional, sendo a página de buscas e o *e-mail* as mais conhecidas. A partir de um cadastro único o usuário pode ter acesso a diversos recursos que vão desde um editor de texto até um repositório para armazenamento de arquivos, democratizando o acesso por pessoas e organizações que não podem adquirir licenças de *softwares* proprietários.

Em relação às ferramentas disponibilizadas pelo *Google*, é correto afirmar que:

- A edição de textos e a criação de planilhas eletrônicas são feitas em uma única ferramenta conhecida como *Microsoft Office 2013 Professional*.
- O compartilhamento de arquivos no *Google Drive* pode ser feito apenas com usuários que possuam e-mail ativo do *Gmail*.
- O *Google Chrome* é o navegador *web* exclusivo e oficial das empresas para acesso a *sites* que apresentam vulnerabilidades de segurança.
- Os Formulários *Google* são utilizados para a elaboração de apresentações para públicos com perfis variados de atuação empresarial.
- Os resultados de uma pesquisa na página de buscas do *Google* podem apresentar desde sites relacionados ao termo utilizado quanto um ponto em um mapa.

QUESTÃO 19

	A	B
1	NOME DO ALUNO	NOTA DA PROVA
2	Aluno 1	20,0
3	Aluno 2	13,8
4	Aluno 3	24,0
5	Aluno 4	9,0
6	Aluno 5	23,2
7	Aluno 6	0,0
8	Aluno 7	23,0
9	Aluno 8	20,0
10	Aluno 9	7,5
11	Aluno 10	17,0
12	MÉDIA DAS NOTAS:	15,8
13	QUANTIDADE DE ALUNOS ACIMA DA MÉDIA:	6

A Figura mostra o recorte de uma planilha elaborada no *Microsoft Excel 2013*, na sua instalação padrão em português, contendo uma tabela com os nomes e as notas de um grupo de 10 alunos em uma prova. Abaixo destes dados são calculadas a média das notas da turma (célula B12) e a quantidade de alunos que tiveram nota igual ou superior à esta média (célula B13).

Assinale a alternativa que contém a resposta correta para a construção das fórmulas das células B12 e B13, respectivamente.

- =MÉDIA(B2:B11) e =CONT.SE(B2:B11;">"&B12)
- =MÉDIA(B2:B11) e =CONT.SE(B2:B11;">B12")
- =MÉDIA(B2:B11) e =SE(B2:B11;"> B12")
- =MÉDIA(B2:B11;10) e =CONT.SE(B2:B11;">"&B12)
- =MÉDIA(B2:B11) e =CONT.SE(B2:B11;MAIOR(B2:B11))

QUESTÃO 20. Sobre os recursos do *Microsoft Word* 2013 em sua instalação básica (versão em português), analise os itens abaixo:

I - Ao pressionar simultaneamente as teclas *CTRL + ENTER* no teclado o cursor é movido uma linha para baixo, criando uma quebra de texto automática na mesma folha do documento.

II - Caso o usuário queira gravar uma Macro, antes deverá ativar a guia Desenvolvedor seguindo os passos: menu Arquivo → Opções → Personalizar Faixa de Opções e, em seguida, ativar a caixa de seleção “Desenvolvedor” no campo “Guias Principais”.

III - Para trabalhar com elementos gráficos, como diagramas e organogramas, a ferramenta disponibilizada pelo *Microsoft Word* 2013 é acessada pelo botão de comando *SmartArt* (situado na guia “Inserir”, grupo “Suplementos”).

IV - Para criar o “Sumário Automático 1”, pré-definido pelo *Microsoft Word* 2103, é necessário que antes se aplique os estilos de títulos de 1 a 3 no texto.

É correto o que se afirma em:

- a. I e III.
- b. I, III e IV.
- c. II e III.
- d. II e IV.
- e. III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21. Os mecanismos horizontais de controle, também conhecidos por “accountability horizontal”, se dividem em duas formas de controle, o interno e o externo, e se subdividem em quatro tipos.

Considerando apenas os mecanismos de controle formais e institucionalizados de atuação, os tipos em que a accountability horizontal se subdividem são, EXCETO:

- A) o controle judiciário.
- B) o controle sindical
- C) o controle de contas;
- D) o controle legislativo;
- E) o controle administrativo ou controle interno;

QUESTÃO 22. Artigo 37 da Constituição Federal de 1988: A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

Os princípios básicos da administração pública, também chamados princípios constitucionais expressos são listados no artigo 37 da CF88. Já os princípios gerais não estão definidos expressamente no mesmo artigo, mas, devem ser observados igualmente pela administração pública. Os princípios gerais são: supremacia do interesse público sobre o interesse privado, indisponibilidade do interesse público, presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, especialidade, continuidade do serviço público, razoabilidade e proporcionalidade, tutela, autotutela, hierarquia, motivação, segurança jurídica, inafastabilidade do controle judicial.

Considere as seguintes assertivas relacionadas aos princípios gerais:

I – Decorre da necessidade do Poder Público de prestar a atividade administrativa agindo imediatamente, com agilidade, a fim de buscar o interesse público, não cabendo a demonstração antecipada da validade do ato e não podendo a apenas o administrado deixar de cumprir o ato administrativo enquanto o ato for válido.

II - Significa que a administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

III – A Administração deve respeitar a boa-fé dos administrados que com ela interagem, no sentido de que, quando esses têm um determinado direito reconhecido pela administração, não podem vir a ser prejudicados ulteriormente, por mudanças de entendimento da própria Administração sobre aquela matéria. O princípio não pode ser usado para impedir a anulação de atos ilegais da Administração.

IV – Sinônimo de princípio do controle. Aqui se trata do controle finalístico, pelo qual se permite, excepcionalmente, em casos extremos, o controle das atividades exercidas pela entidade da Administração Indireta, caso essa não esteja observando suas finalidades institucionais.

Qual é a relação correta entre as assertivas e os princípios gerais?

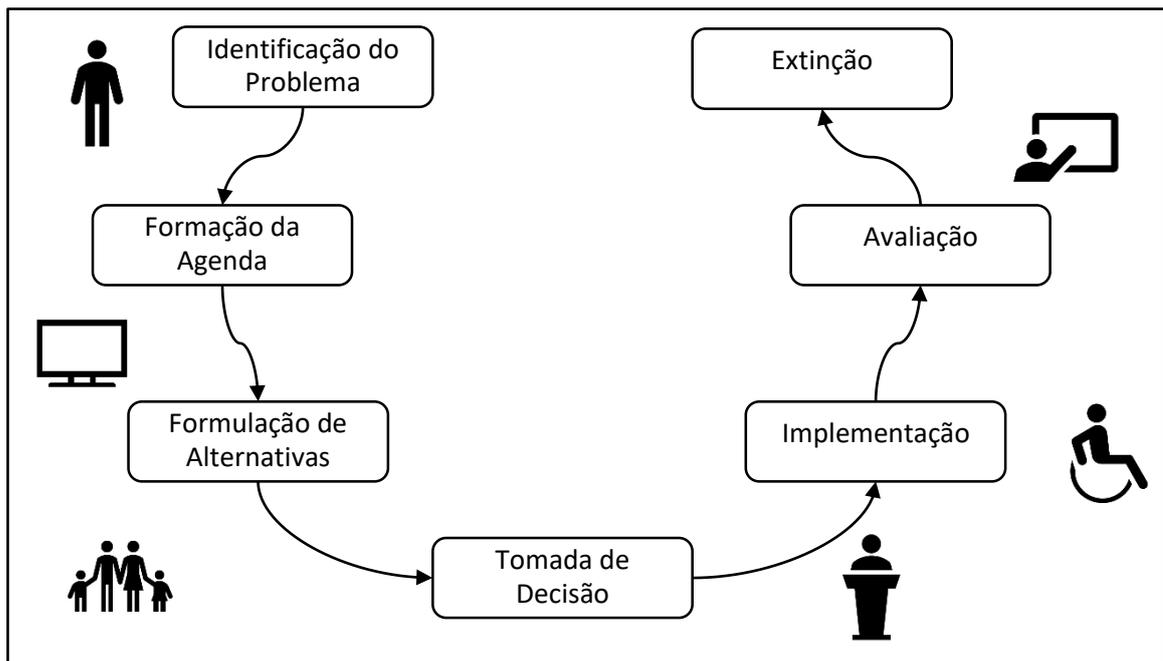
- A) I – presunção de legitimidade, II – tutela, III – segurança jurídica, IV - autotutela
- B) I – segurança jurídica, II – autotutela, III – presunção de legitimidade, IV - tutela
- C) I – indisponibilidade do interesse público, II – tutela, III – presunção de legitimidade, IV - autotutela
- D) I – presunção de legitimidade, II – autotutela, III – segurança jurídica, IV - tutela
- E) I – continuidade do serviço público, II – autotutela, III – segurança jurídica, IV - tutela

QUESTÃO 23. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi criado por lei específica, faz parte da Administração Pública Indireta e está vinculado ao Ministério da Educação e ao Poder Executivo.

Qual é a opção que identifica o tipo de entidade pública do IFMG?

- A) Órgão público
- B) Fundação pública
- C) Universidade
- D) Empresa pública
- E) Autarquia

QUESTÃO 24. A figura a seguir representa as fases mais comuns no ciclo de políticas públicas.



Situação: Revezam-se períodos de estabilidade de problemas e períodos de emergência de problemas. Os períodos de estabilidade são reflexos de pressões políticas de manutenção do *status quo* e de restrições institucionais que coíbem a sua mudança. Os períodos de ruptura são reflexos da mudança da compreensão da essência do problema, de novos apelos emotivos em torno de algum problema, e de empreendedores de políticas públicas que são capazes de inserir ou inflar certos problemas. (Secchi, 2016). Considere a figura e a situação descrita.

Qual é a opção que identifica a fase do ciclo de políticas públicas relacionada à descrição acima?

- A) Tomada de decisão
- B) Formulação de alternativas
- C) Formação da agenda
- D) Identificação do problema
- E) Nenhuma das anteriores

QUESTÃO 25. Considere as informações sobre indicadores de desempenho nos gráficos de séries históricas abaixo. Eles representam os Gastos com Pessoal (GCP), os Gastos com Investimentos (GCI) e os Gastos com Outros Custeios (GOC) do IFMG no período de 2010 a 2017. O orçamento do IFMG na LOA de 2017 foi de R\$318.576.862,00.

São dadas as seguintes assertivas:

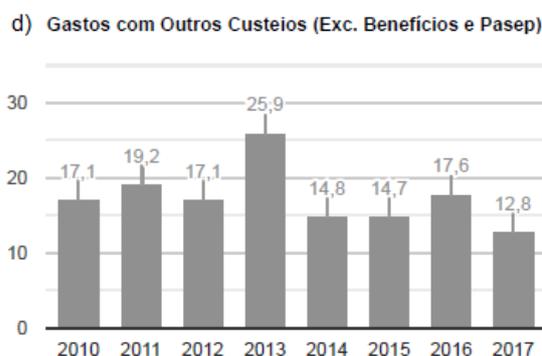
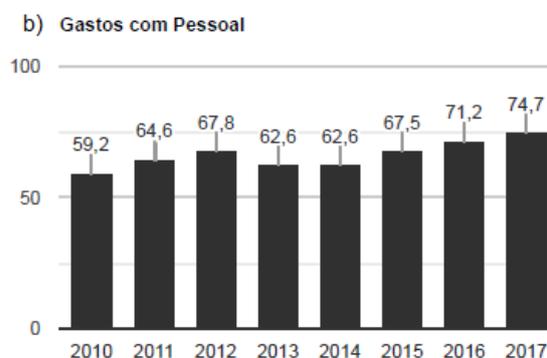
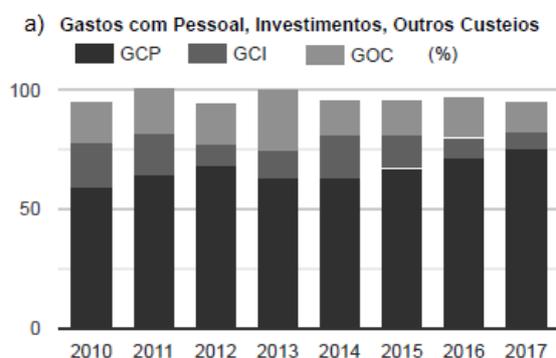
I – Os gastos com outros custeios e os gastos com investimentos em 2010, somados, representam mais do que o gasto com pessoal no mesmo ano.

II – Os gastos realizados pelo IFMG com benefícios e PASEP em 2015 foram inferiores a 5% do orçamento total desse ano.

III – As obras realizadas e os equipamentos adquiridos em 2017 podem ter consumido pelo menos 30 milhões de reais de orçamento do IFMG nesse ano.

IV – Considerando apenas os três gastos representados, no período de 2010 a 2017, o menor gasto anual no IFMG foi com investimentos, exceto em 2010 e 2014.

V – Não é possível afirmar, absolutamente, que o percentual de GCP em 2018 foi maior do que 74,7% usando apenas as informações e dados do enunciado e dos gráficos.



Qual é a opção com a sequência correta de classificação das assertivas de I até V, sendo V (verdadeira) e F (falsa)?

A) F – V – V – F – V

D) F – V – F – V – F

B) F – V – F – V – V

E) F – F – V – V – V

C) V – F – F – V – V

QUESTÃO 26. As três funções econômicas do Estado são: alocativa, distributiva e estabilizadora.

Considere as seguintes assertivas:

I – A função estabilizadora consiste na utilização de instrumentos de política econômica para promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, dada a percepção de uma incapacidade do Tesouro Nacional de garantir tais objetivos. Assim, juros, preços, taxas de câmbio, impostos e até gastos públicos podem ser usados para promover o crescimento, garantir emprego ou incentivar a deflação.

II – A função alocativa se refere à destinação dos recursos do Governo, normalmente previstos em orçamento, para fornecer diferentes bens públicos, como rodovias, iluminação ou segurança, bens semipúblicos ou meritórios, como educação e saúde ou desenvolvimento. Essa função tem forte associação com a democracia. É aqui que se discute o que o governo vai ou não vai fazer considerando-se os recursos provenientes do pagamento de impostos ou de contratação da dívida.

III – Os economistas afirmam ser desnecessário o exercício das funções econômicas do Estado à existência de virtudes de mercado. Em outros termos, como o mercado é perfeito, aloca os fatores de produção de forma a garantir equidade (em termos de igualdade de oportunidades), acesso a informações (para se poder fazer escolhas em termos de produção, consumo, investimento e poupança), atendimento a necessidades para as quais há como cobrar de forma individualizada ou excluir quem não paga e mesmo que o mercado não tem condições de ofertar ou não deseja fazê-lo.

IV – A função distributiva consiste na redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. É o caso dos programas de transferência de renda a populações carentes ou de taxação progressiva para cobrar mais impostos a quem detém maior renda.

Qual é a opção correta de assertivas verdadeiras e falsas?

- A) São verdadeiras as assertivas II e IV.
- B) Apenas a assertiva III é falsa.
- C) São falsas as assertivas II e III.
- D) São verdadeiras as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 27. O processo pode ser considerado uma série de ações sequenciais, interligadas e interdependentes, direcionadas a uma meta. A melhoria do gerenciamento de processos na Administração Pública impacta positivamente a efetividade das políticas públicas. Sobre o gerenciamento de processos é INCORRETO afirmar que:

- A) A cadeia de valor demonstra a forma de agregar utilidade em cada etapa da produção de bens ou serviços, podendo também ser entendida como o caminho crítico para a excelência organizacional.
- B) A visão macro dos processos proporciona o alinhamento entre a missão e a ação organizacional, enquanto a microvisão questiona se a atividade é capaz de produzir valor.
- C) O mapeamento possibilita a percepção sobre as fragilidades e as potencialidades dos processos e amplia a visão do funcionamento da organização.
- D) A encomenda de um sistema informatizado é a primeira medida que deve ser adotada quando for realizado o redesenho de um processo, tendo em vista que a tecnologia é imprescindível para o aprimoramento dos processos de trabalho.
- E) O redesenho envolve a redefinição dos processos de trabalho e tem como base o mapeamento da situação vigente.

QUESTÃO 28. As Tecnologias de Informação e Comunicação contribuem para a melhoria do funcionamento do aparato estatal, da prestação de serviços públicos, bem como para a promoção da democracia e da cidadania. Sobre Sistemas de Informação e Desenvolvimento Gerencial é correto afirmar, EXCETO:

A) A provisão de informação de qualidade na Administração Pública deve resultar em serviços que atendam às necessidades dos cidadãos, conquistem a confiança e a credibilidade pública, aumentem a produtividade e reduzam os custos da administração pública.

B) O Governo Aberto abrange novos elementos que vão além da abertura de dados proposta pelo Governo Eletrônico, promovendo um estímulo à transparência, à colaboração e à participação social.

C) Os Sistemas de Informações Gerenciais possibilitam que informações precisas e necessárias sejam disponibilizadas oportunamente para a administração, facilitando o processo de tomada de decisão e dando condições para que as funções de planejamento, controle e operação da organização sejam executadas de forma eficaz.

D) Nas organizações públicas de natureza burocrática, o processo de gestão da informação obedece, normalmente, a uma cadeia de decisão vertical e definida, dividida em funções, onde a redução da ambiguidade e da incerteza acontece de cima para baixo, provendo a base da cadeia de decisões com tarefas e responsabilidades claramente especificadas.

E) A Lei Federal n. 12.527/11, denominada Lei de Acesso à Informação, que estipula que qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de justificativa para solicitação das informações, poderá requisitá-las por meios legítimos, não deve ser considerada como um instrumento de fortalecimento da democracia.

QUESTÃO 29. Sobre a Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é CORRETO afirmar que:

A) O processo administrativo pode ser iniciado somente a pedido do interessado.

B) Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses dispensam qualquer motivação.

C) A Administração Pública está impedida de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.

D) Os atos administrativos que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo devem ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que os justifiquem.

E) É vedado ao administrado fazer-se assistir por advogado nos processos administrativos, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

QUESTÃO 30. Analise as assertivas a seguir sobre o controle na Administração Pública:

I – O controle do Estado sobre si mesmo desenvolve-se pelas formas de controle interno que são efetuadas pelos diversos instrumentos criados dentro dos próprios órgãos e entidades estatais.

II – Para a realização do controle externo, o Poder Legislativo conta com o auxílio do Tribunal de Contas.

III – O Poder Judiciário controla “in concreto” a legitimidade dos comportamentos da Administração Pública, anulando suas condutas ilegítimas, compelindo àquelas que seriam obrigatórias e condenando-a a indenizar os lesados, quando for o caso.

IV – O controle interno possui um caráter meramente opinativo, cabendo ao próprio governante, por meio de decisão política, acatar as sugestões elaboradas pelas unidades responsáveis pelo controle interno.

Assinale a alternativa CORRETA:

A) I, II e III são verdadeiras e a IV é falsa.

B) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas.

C) I e IV são verdadeiras e II e III são falsas.

D) Nenhuma das assertivas é verdadeira.

E) Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 31. A principal finalidade da licitação, segundo o disposto na Lei n. 8.666/93 é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando o princípio da isonomia, com vistas a promover o desenvolvimento nacional sustentável. Sobre o procedimento licitatório é correto afirmar, EXCETO:

- A) A igualdade entre os licitantes é um princípio específico dos procedimentos licitatórios, observadas as hipóteses legais de preferência na contratação das microempresas e empresas de pequeno porte.
- B) A adjudicação é o ato da autoridade competente pelo qual se examina a regularidade do desenvolvimento do procedimento realizado pela comissão licitante.
- C) É inexigível a licitação na hipótese de fornecedor ou produtor exclusivo, vedada a preferência por marca.
- D) Não há limite de valor para a modalidade de licitação Pregão, sendo a sua utilização restrita à aquisição de bens e serviços comuns.
- E) A assertiva de que o edital é a lei do contrato corresponde ao princípio do procedimento licitatório de vinculação ao instrumento convocatório.

QUESTÃO 32. O Estado de Minas Gerais contratou a empresa Limpe Bem para os serviços de limpeza e manutenção predial do Centro Administrativo que abriga todas as secretarias de Estado. Pelo contrato, a empresa fornece não apenas mão-de-obra, mas também todo o material necessário, a exemplo de produtos químicos de limpeza. Todavia, o Estado deixou de efetuar o pagamento à empresa nos últimos 4 (quatro) meses, o que levou a empresa a inadimplir parte de suas obrigações comerciais. Com base no caso apresentado, é CORRETO afirmar que:

- A) A empresa não é obrigada a manter a prestação de serviços, enquanto a Administração restar inadimplente, uma vez que o atraso do pagamento é superior a 90 dias.
- B) A empresa contratada poderá responsabilizar o Estado por descumprimento de obrigações comerciais, inclusive inadimplência com referência a encargos trabalhistas e fiscais.
- C) A falta de pagamento à empresa contratada possibilita a oneração do objeto do contrato.
- D) A partir do 1º dia de atraso dos pagamentos da Administração Pública, a empresa contratada poderá deixar de fornecer parte do objeto contratado, como o fornecimento de produtos químicos de limpeza.
- E) Tendo em vista o princípio da continuidade de prestação de serviços públicos, a empresa contratada só poderá rescindir o contrato ao término do prazo contratual.

QUESTÃO 33. Sobre improbidade administrativa é correto afirmar, EXCETO:

- A) O conceito de agente público para efeito da Lei de improbidade administrativa abrange todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente, ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- B) Os atos que importam enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e que atentam contra os princípios da Administração Pública são considerados atos de improbidade administrativa.
- C) O agente público que praticar ato de improbidade administrativa terá suspensos os direitos políticos em caráter definitivo, ficando vedada a sua candidatura a cargo político a qualquer tempo.
- D) A perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a perda da função pública são exemplos de sanções previstas na lei de improbidade administrativa.
- E) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.

QUESTÃO 34. De acordo com a Lei 4.320/64, a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo obrigatoriamente deverá conter, EXCETO:

A) Projeto de lei de orçamento

B) Mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

C) Demonstrativo do eventual passivo previdenciário com justificação circunstanciada do aporte necessário à suplementação dos valores para fundos de aposentadoria e caixas de previdência dos servidores inativos.

D) Tabelas explicativas de estimativas de receitas e despesas, e, para fins de comparação, valores de receitas e despesas de exercícios anteriores, do ano corrente e previstas para o período de vigência da proposta.

E) Especificação de programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

QUESTÃO 35. O estabelecimento, de forma regionalizada, das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada se dá:

A) Na Lei de Diretrizes Orçamentárias

B) No Plano Plurianual

C) Na Lei Orçamentária Anual

D) Na Lei de Responsabilidade Fiscal

E) No Plano de Investimentos do Governo

QUESTÃO 36. Sobre os trade-off logísticos nas políticas públicas, assinale a alternativa que NÃO representa uma escolha aplicável à Administração:

A) Custo X Lucro

B) Custo X Velocidade

C) Custo X Qualidade

D) Custo X Redução de externalidades negativas

E) Qualidade X Velocidade

QUESTÃO 37. É inexigível a licitação para:

A) Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

B) Aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

C) Contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

D) Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do

comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

E) Contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

QUESTÃO 38. Entre os desafios mais relevantes para os gestores públicos está o gerenciamento de despesas de pessoal, que possui limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). A respeito destes limites é CORRETO afirmar que:

A) Estados e Municípios estão autorizados a destinar até o limite de 49% das despesas ao pagamento de pessoal. Para a União, este limite é de 60%.

B) Estados e Municípios estão autorizados a destinar até o limite de 60% das despesas ao pagamento de pessoal. Para a União, não há limitações legais.

C) União, Estados e Municípios estão autorizados a destinar até o limite de 60% da receita corrente líquida ao pagamento de pessoal.

D) Estados e Municípios estão autorizados a destinar até o limite de 60% da receita corrente líquida ao pagamento de pessoal. Para a União, não há limitações legais.

E) Estados e Municípios estão autorizados a destinar até o limite de 60% da receita corrente líquida ao pagamento de pessoal. Para a União, este limite é de 50%.

QUESTÃO 39. Considerando o disposto na Lei 10.973 e suas alterações, encontram-se entre as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social

II - redução das desigualdades regionais

III - concentração das atividades de ciência, tecnologia em nível federal

IV - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação

Diante do exposto, estão CORRETOS os itens:

A) II, III e IV

B) I, III e IV

C) I, II e IV

D) I e IV

E) Todos os itens

QUESTÃO 40. Nos últimos anos, o uso massivo de dados e o aumento da capacidade de processamento de grandes bases intensificaram as pesquisas e o emprego da inteligência artificial nas tarefas cotidianas.

Com relação aos dispositivos utilizadores de inteligência artificial, assinale a alternativa FALSA:

A) Não há riscos éticos quanto às decisões tomadas por dispositivos dotados de técnicas de inteligência artificial.

B) O uso de inteligência artificial em equipamentos substitui empregos outrora atribuídos a pessoas.

C) Dispositivos utilizadores de inteligência artificial já superaram as habilidades humanas em algumas funções.

D) Carros autônomos são um exemplo da utilização de inteligência artificial.

E) Proteção e segurança dos dados se apresentam como um desafio crescente com o avanço das técnicas de inteligência artificial.